
GUIA DE PATERNIDADE PARA PAIS NÃO CASADOS



**Put Your
Child
First**



Put Your
Child
First



Uma criança nascida de progenitores não casados não tem automaticamente um pai legal. A paternidade legal pode significar muito para seu filho/a e para os senhores como pais. As crianças que têm um pai e uma mãe envolvidos em suas vidas têm maior chance de serem bem-sucedidos de várias maneiras. Esse panfleto lhes mostrará como os senhores podem assumir esse compromisso importante com seu filho/a e onde encontrar ajuda para fazê-lo.



Nesse folheto os senhores encontrarão respostas às seguintes perguntas:

- O que é paternidade? (p 4)
- Por que é importante estabelecer a paternidade? (p 5)
- Como estabeleço a paternidade para meu filho/a? (pp 6-8)
- O que são testes de paternidade? (p 8)
- Quem paga pelos testes de paternidade? (p 8)
- Como alguém recebe serviços de pensão alimentícia do DOR? (p 9)
- E se o progenitor/a que vive com o filho/a tem preocupações de segurança quanto ao outro progenitor/a? Deveriam os progenitores nesses casos ainda estabelecer a paternidade e requisitar serviços de pensão alimentícia? Esses progenitores são obrigados a cooperar com a pensão alimentícia para receber assistência pública? (p 9)
- E se os progenitores já estiverem vivendo juntos e ambos estejam sustentando seu filho/a? Eles realmente necessitam estabelecer a paternidade? (p 10)
- A certidão de nascimento da criança incluirá o nome do pai? (p 11)
- Para algumas crianças nascidas antes de 1994, o nome do pai já consta na certidão de nascimento. Essa criança já não tem um pai legal? (p 11)
- A criança terá o sobrenome do pai? (p 12)
- Quanto tempo após o nascimento da criança pode alguém estabelecer a paternidade para essa criança? (p 12)
- E se o progenitor/a que esteja vivendo com a criança não tem certeza de onde esteja o outro progenitor/a? (p 12)
- E se a mãe não tem certeza de quem é o pai? (p 12)
- E se a mãe estava casada com outra pessoa que não era o pai biológico quando a criança nasceu? (p 13)
- E se o pai estiver casado com outra pessoa? (p 13)



- O outro progenitor/a receberá informações sobre mim? (p 13)
- Se eu tiver que comparecer ao tribunal para estabelecer a paternidade, terei que encarar o outro progenitor/a? (p 14)
- Haverá um julgamento? (p 14)
- E se um dos progenitores tiver menos de 18 anos de idade? (p 14)
- E se os progenitores viverem em estados diferentes? (p 14)
- Como posso conseguir um mandado de pensão alimentícia para meu filho/a? (p 14)
- E se o progenitor/a não-guardião ainda freqüentar a escola ou não possuir um emprego? A paternidade ainda pode ser estabelecida? O progenitor/a não-guardião ainda pode ser obrigado a pagar a pensão alimentícia? (p 15)
- O progenitor/a não-guardião deve pagar pensão alimentícia caso ele ou ela viva em outro estado? (p 16)
- Por quanto tempo o progenitor/a não-guardião deverá pagar pensão alimentícia? (p. 16)
- O que acontece quando a mãe de uma criança está para se casar com alguém que não seja o pai dessa criança e seu futuro esposo planeja adotar tal criança? A paternidade ainda deveria ser estabelecida para essa criança? (p 16)
- O pai biológico pode visitar seu filho/a se este vive com a mãe (ou outro guardião legal)? (p 16)
- Como o estabelecimento de paternidade afeta a custódia da criança? (p 17)
- Como estabeleço a paternidade para meu filho/a se a mãe de meu filho/a não quer que eu o faça? (p 17)
- E se eu não tiver certeza de que sou o pai? (p 17)



O que é paternidade?

PATERNIDADE SIGNIFICA PATERNIDADE LEGAL.

Se você e o outro progenitor/a de seu filho/a não estão casados um com o outro, você pode estabelecer a paternidade das seguintes formas:

- assinando um formulário de reconhecimento de paternidade no hospital no momento do nascimento da criança, na prefeitura da cidade ou município na comunidade onde a criança nasceu, ou no Registry of Vital Records and Statistics (RVRS), ou
- pedindo a um juiz que estabeleça a paternidade.

Caso contrário, seu filho/a não terá um pai legal.

**DESEJA ESTABELECEER PATERNIDADE?
PODEMOS AJUDÁ-LO/A.**

Visite o website do Massachusetts Department of Revenue Child Support Enforcement Division (DOR) no endereço:

www.mass.gov/dor

ou ligue para o DOR no:

1-800-332-2733 (ligação grátis)

1-800-255-5587 (para portadores de deficiência auditiva)



Por que é importante estabelecer a paternidade?

IDENTIDADE

Quando os progenitores estabelecem a paternidade para um filho/a, ambos dizem, “Sim, esse é meu filho/a”. Isso dá à criança uma noção de identidade e conexão com ambos os lados da família. Conhecer ambos os progenitores pode aumentar a chance de sucesso na vida da criança.

SAÚDE

Cada vez mais, pesquisas médicas mostram o quão importante é saber sobre quaisquer doenças ou problemas ou características físicas que possam ter sido passadas geneticamente de ambos os lados da família de alguém. O conhecimento do histórico médico da família de ambos os progenitores ajudará os médicos a tratar – ou mesmo prevenir – problemas médicos que uma criança possa ter herdado.

AUXÍLIO FINANCEIRO

Famílias com crianças que são sustentadas por dois progenitores têm maior probabilidade de ter dinheiro suficiente para suprir suas necessidades do que famílias sustentadas por somente um progenitor. Ao estabelecer a paternidade, ambos os pais assumem a responsabilidade de sustentar seu filho/a da melhor forma que puderem.

BENEFÍCIOS

Quando os progenitores estabelecem a paternidade, eles qualificam seu filho/a a receber cobertura pelo seguro médico de qualquer um de seus pais. Caso alguma coisa aconteça ao pai, a criança também pode ter direito a receber os benefícios de Seguro Social, de aposentadoria, de pensão militar e de herança.

ASSISTÊNCIA PÚBLICA

Se um progenitor/a recebe assistência pública, normalmente exige-se que ele ou ela coopere com a Child Support Enforcement Division of the Massachusetts Department of Revenue (DOR) para estabelecer a paternidade e um mandado de pensão alimentícia. Se o progenitor/a não cooperar, seus benefícios podem ser reduzidos.



Como estabeleço a paternidade para meu filho/a?

Progenitores que não são casados um com o outro podem estabelecer a paternidade – paternidade legal – para seu filho/a somente se ambos os progenitores assinarem o formulário de reconhecimento de paternidade ou se qualquer um deles pedir a um juiz para estabelecer a paternidade.

Assinar um Formulário de Reconhecimento de Paternidade: A Maneira Fácil de Estabelecer a Paternidade Para Seu Filho/a

Os progenitores podem estabelecer a paternidade para seu filho/a ao assinar um formulário chamado RECONHECIMENTO VOLUNTÁRIO DE PATERNIDADE. (Isso às vezes chama-se “reconhecer a paternidade”). Assim que ambos os progenitores tenham assinado esse formulário e suas assinaturas tenham tido firmas reconhecidas em cartório (“notarized”, em inglês), o homem torna-se o pai legal da criança e seu nome é inserido na certidão de nascimento da criança. Ninguém precisa comparecer ao tribunal.

Os progenitores podem reconhecer a paternidade dessa forma em três locais –

- **Hospital**

Os progenitores podem completar o formulário de *Reconhecimento Voluntário de Paternidade* logo após o nascimento de seu filho/a, enquanto a mãe e a criança ainda estejam no hospital. O escrivão/ã de registros de nascimento do hospital pode ajudá-lo com isso. Não há nenhuma taxa quando os pais assinam o reconhecimento no hospital.

- **Prefeitura da Cidade ou Município**

Se os progenitores não estabelecerem a paternidade antes de deixar o hospital, eles ainda podem reconhecer a paternidade para seu filho/a ao completar um formulário de *Reconhecimento Voluntário de Paternidade* e ao registrá-lo na prefeitura da cidade ou município na comunidade onde a criança nasceu. As assinaturas de ambos os progenitores devem ter firma reconhecida, o que o escrivão da prefeitura da cidade ou município pode fazer. O escrivão pode cobrar uma taxa para o registro.

- **Registry of Vital Records and Statistics (RVRS)**

Um formulário de *Reconhecimento Voluntário de Paternidade* pode também ser completado no RVRS, independente da comunidade onde a criança nasceu. Há uma taxa associada a esse serviço. Em algumas circunstâncias, o processo pode ser feito através do correio. Por favor visite o website do RVRS na seção de “Emendas e Correções” (Amendments and Corrections”, em inglês) no <http://www.mass.gov/dph/bhsre/rvt/rvr.htm> para detalhes completos.

Os progenitores podem reconhecer a paternidade para seu filho/a em qualquer momento da vida da criança.



Se um progenitor/a tem dúvidas, ou está incerto, sobre quem realmente seja o pai biológico da criança, esse progenitor/a **não deve** assinar o formulário de *Reconhecimento Voluntário de Paternidade*. Ao invés disso, deve pedir testes de paternidade a um juiz ou ao DOR.

Desfazendo um Reconhecimento de Paternidade

A paternidade legal para a criança é estabelecida a partir da data em que ambos os progenitores assinam o formulário de reconhecimento, caso esse seja completado e registrado corretamente. Entretanto:

- **Se, dentro de 60 dias** da data em que ambos os progenitores assinaram o formulário de reconhecimento, um dos progenitores registra uma reclamação no Probate and Family Court para “rescindir” o reconhecimento (isto é, tê-lo declarado sem validade, efeito ou valor), o tribunal então exigirá testes de paternidade. A reclamação deverá ser registrada no tribunal do condado em que a criança e um dos progenitores vivem.
- **Se, dentro de 60 dias** da assinatura, o progenitor/a que esteja questionando a paternidade fizer parte de uma audiência jurídica sobre a criança (por exemplo, para estabelecer um mandado de pensão alimentícia, um mandado de guarda e visitação, ou em uma ação judicial de cuidado e proteção), o progenitor/a deve levantar a questão da paternidade da criança nessa audiência. Se o progenitor/a não levantar a questão de paternidade na audiência, o reconhecimento torna-se tão legal quanto um julgamento favorável de paternidade, tendo-se ou não expirado o prazo de 60 dias para rescisão. Nenhuma das partes pode rescindir o reconhecimento mais tarde, mesmo que não tenham vencidos os 60 dias desde que foi assinado o reconhecimento.
- **Após 60 dias**, o reconhecimento torna-se tão legal quanto um julgamento favorável de paternidade e tem a mesma força e efeito legal. Entretanto, os progenitores podem contestar o reconhecimento, MAS somente no tribunal, somente dentro de um ano da data em que ambos os progenitores assinaram, e somente baseado em razões limitadas de fraude, coação ou engano de prova material.

O tribunal geralmente exigirá que os progenitores e a criança submetam-se a testes de paternidade que determinem se o homem é o pai biológico da criança ao comparar certas características genéticas que aparecerem em amostras de sangue e tecido da criança e de ambos os progenitores. Essas amostras são obtidas ao se esfregar um cotonete no interior da bochecha ou, em raras ocasiões, com um simples exame de sangue.

Indo ao Tribunal para Estabelecer a Paternidade: Uma Outra Maneira de Estabelecer a Paternidade Para Seu Filho/a

Uma outra maneira de se estabelecer a paternidade é um dos progenitores, um filho/a, ou o DOR iniciar uma ação judicial para estabelecer a paternidade.



Como parte da ação judicial, um juiz pode ordenar que a mãe biológica, o homem que possa ser o pai, e a criança se submetam a testes de paternidade. Esses testes são geralmente rápidos, fáceis e indolores. Após revisar os resultados do teste e outras informações relevantes, o juiz decidirá se o homem é ou não é o pai da criança. Se o juiz entrar com uma decisão de que o homem é o pai legal da criança, isso estabelecerá a paternidade para a criança e o nome do pai será incluído na certidão de nascimento da criança.

Um juiz pode estabelecer a paternidade de uma criança sem testes de paternidade. Se o homem citado com o pai não comparece ao tribunal, o juiz pode considerar outras evidências ao invés dos testes de paternidade, tais como o testemunho da mãe, para estabelecer a paternidade. Além disso, a paternidade pode ser estabelecida mesmo que a mãe não esteja presente.

Em qualquer momento durante o processo judicial, os progenitores podem assinar um formulário de *Reconhecimento Voluntário de Paternidade*, e não haverá mais a necessidade de um juiz determinar a paternidade. Durante o processo judicial, o juiz ou o DOR podem requerer que se faça testes de paternidade antes de se assinar o formulário de *Reconhecimento Voluntário de Paternidade*. Os progenitores abdicam de seu direito ao período de rescisão de 60 dias se assinarem o formulário de *Reconhecimento Voluntário de Paternidade* durante o processo judicial.

O que são testes de paternidade?

Os testes de paternidade são usados para determinar se um homem é o pai biológico da criança. Os testes podem ser feitos de duas maneiras –

- um teste de “limpeza bucal”, onde se esfrega um cotonete na bochecha dentro da boca, ou
- um simples exame de sangue.

A mãe, a criança e o homem que pode ser o pai serão todos examinados. As amostras de sangue ou de tecido (do cotonete) serão comparadas para ver quais características especiais – conhecidas como “marcadores genéticos” – a criança compartilha com a mãe e o homem que pode ser o pai. Em algumas circunstâncias, o teste pode também ser feito somente na criança e no homem que pode ser o pai, mesmo se a mãe não puder ser examinada.

Esses testes são extremamente precisos em mostrar se um homem é ou não é o pai biológico de uma criança.

Quem paga pelos testes de paternidade?

Se os testes mostram que o homem é o pai biológico da criança, ele pode ser obrigado a pagar pelos testes. Se os testes mostram que ele não é o pai e o DOR está provendo serviços para a família, então o DOR arca com os custos.



Como alguém recebe serviços de pensão alimentícia do DOR?

O DOR pode ajudar os progenitores a estabelecer a paternidade e a estabelecer ordens de pensão alimentícia e de auxílio médico. O DOR também pode recolher a pensão alimentícia para as famílias a que prestam serviços e ajudar os progenitores a voltar ao tribunal para requererem uma modificação no mandado de pensão alimentícia e de auxílio médico. Qualquer progenitor/a ou guardião/ã de uma criança menor de 18 anos de idade, ou qualquer homem que acredite que possa ser o pai, pode pedir a nossa ajuda para estabelecer a paternidade e para estabelecer um mandado de pensão alimentícia e de auxílio médico. Informações sobre o programa de pensão alimentícia pode ser encontrado em nosso website no endereço www.mass.gov/dor ou ao ligar gratuitamente para o **1-800-332-2733**. Os formulários de inscrição para nossos serviços também estão disponíveis no website.

Não há nenhuma taxa para os serviços de pensão alimentícia do DOR. Quando um progenitor/a inscreve-se para nossos serviços, fazemos o possível para ajudar esse progenitor/a a estabelecer a paternidade para a criança e receber o auxílio a que ele ou ela tenha direito. Se vamos ser bem sucedidos depende de quanta informação o progenitor/a nos dá, de quão atualizada e precisa é a informação e de quantos recursos financeiros estão disponíveis para auxiliar a criança uma vez que localizamos o outro progenitor/a.

Se um progenitor/a recebe assistência pública do Department of Transitional Assistance ou assistência médica da Division of Medical Assistance, o progenitor/a pode conversar com um assistente social sobre os serviços que o DOR oferece. O progenitor/a que recebe assistência pública é normalmente obrigado a cooperar com os esforços para se estabelecer a paternidade e um mandado de pensão alimentícia e de auxílio médico como condição para receber assistência pública. Se determina-se que o progenitor/a não está cooperando, os benefícios de assistência pública da família podem ser reduzidos (a não ser que o progenitor/a se qualifique para uma isenção por justa causa conforme explicado na seção seguinte).

E se o progenitor/a que vive com o filho/a tem preocupações de segurança quanto ao outro progenitor/a? Deveriam os progenitores nesses casos ainda estabelecer a paternidade e requisitar serviços de pensão alimentícia? Esses progenitores são obrigados a cooperar com a pensão alimentícia para que recebam assistência pública?

Caso tema que o outro progenitor/a irá ferir você ou seu filho/a, você deve tomar precauções para proteger a si próprio e a sua família. Você deve conversar com um assistente social ou buscar a ajuda de um programa de violência doméstica ou abrigo para mulheres vítimas de violência. Você pode também consultar funcionários do tribunal sobre adquirir um mandado de proteção civil.



Para emergências e assistência a mulheres vítimas de violência doméstica, chame sua polícia local ou a linha direta estadual de violência doméstica (SafeLink 1-877-785-2020) para recomendações a serviços e abrigos.

Se você está recebendo serviços do DOR, é importante que você comunique quaisquer preocupações de segurança aos funcionários do DOR que cuidam de seu caso.

Podemos lhe ceder informações valiosas para ajudá-lo a determinar se os serviços de pensão alimentícia são seguros para você e seus filhos. O DOR não pode garantir sua segurança, mas podemos tomar algumas precauções adicionais.

Se você recebe benefícios de assistência pública do Department of Transitional Assistance (DTA) ou benefícios de assistência médica da Division of Medical Assistance (DMA), a justiça normalmente exige que você coopere em estabelecer a paternidade e os mandados de pensão alimentícia e de auxílio médico. Você precisa determinar o que é seguro para você e seu filho/a no momento em que se inscreve para os benefícios. Se você acredita que dar informações sobre o pai e cooperar com o DOR colocará você ou seu filho/a em risco, você deveria conversar com seu assistente social no Department of Transitional Assistance ou na Division of Medical Assistance sobre declarar “justa causa”.

“Justa Causa” é um termo legal que significa que sua cooperação não seria benéfica para a criança e que, se você cooperar, você ou seu filho/a estarão em risco de danos físicos ou emocionais graves. Caso tenha sofrido violência doméstica ou abuso sexual, você pode declarar justa causa. Justa causa pode-se aplicar também se você está considerando adoção para seu filho/a. Se o DTA ou o DMA determinar que você possui justa causa, então o DOR suspenderá os esforços de estabelecer a paternidade ou um mandado de pensão alimentícia e de auxílio médico. Se suas circunstâncias mudarem e você desejar buscar o estabelecimento da paternidade ou um mandado de pensão alimentícia mais tarde, o DOR pode então continuar a trabalhar no seu caso.

Algumas Perguntas Comuns:

E se os progenitores já estiverem vivendo juntos e ambos estejam sustentando seu filho/a? Eles realmente necessitam estabelecer a paternidade?

Sim. Uma criança não tem um pai legal até que se estabeleça a paternidade, mesmo que ambos os progenitores estejam vivendo com a criança. Embora na maioria das situações viver com ambos os progenitores dá à criança uma noção mais forte de identidade e família, às vezes as famílias não permanecem



unidas. Pode haver razões importantes para se separar, especialmente quando existe um grande conflito entre os pais. Ao estabelecer a paternidade, ambos os progenitores assumem o compromisso de sustentar seu filho/a, mesmo que eles não vivam juntos. Além do mais, se um progenitor/a está recebendo benefícios de assistência pública ou de assistência médica, ele ou ela é normalmente obrigado a cooperar com o DOR para estabelecer a paternidade e um mandado de pensão alimentícia e de auxílio médico – exceto em casos em que o progenitor/a se qualifica para isenção por justa causa conforme explicado anteriormente.

A certidão de nascimento da criança incluirá o nome do pai?

Se a mãe e o pai biológico da criança não eram casados entre si quando a criança nasceu, a certidão de nascimento incluirá o nome do pai somente se:

- Os progenitores reconhecerem a paternidade ao assinar o formulário de *Reconhecimento Voluntário de Paternidade* no hospital no momento do nascimento da criança – ou mais tarde na prefeitura de uma cidade ou município, no RVRS, ou durante uma ação judicial – ou
- Um juiz estabelecer a paternidade no tribunal e mande que o nome do pai seja incluído na certidão de nascimento da criança. Isso pode ser feito em qualquer momento a pedido de qualquer um dos progenitores. Por exemplo, um pai cujo nome não aparece na certidão de nascimento pode pedir para o tribunal estabelecer a paternidade e ter seu nome acrescentado à certidão.

Para informações sobre os casos em que a mãe era casada com outra pessoa que não era o pai biológico quando a criança nasceu, veja as páginas 12-13.

Para algumas crianças nascidas antes de 1994, o nome do pai já consta na certidão de nascimento. Essa criança já não tem um pai legal?

Não. Antes de 1994, o nome do pai apareceria na certidão de nascimento da criança se ambos os progenitores completassem um atestado no hospital jurando que ele era o pai da criança, mas isso não estabelecia a paternidade legal. O nome do pai pode estar na certidão de nascimento, mas tal criança ainda não tem o direito a todos os benefícios da paternidade legal a não ser que os progenitores tenham comparecido ao tribunal desde então para estabelecer a paternidade.

Se os progenitores de uma criança nascida antes de 1994 querem estabelecer a paternidade legal agora, eles ainda podem fazê-lo ao completar o formulário de *Reconhecimento Voluntário de Paternidade* na prefeitura da cidade ou município ou no RVRS, ou comparecendo ao tribunal.



A criança terá o sobrenome do pai?

Geralmente, a mãe pode decidir que nome a criança vai ter. Os progenitores podem **escolher** o primeiro nome, segundo nome e sobrenome da criança juntos se eles preencherem o formulário de *Reconhecimento Voluntário de Paternidade* no hospital quando a criança nasce. Os progenitores podem **mudar** o primeiro nome, segundo nome e sobrenome legais da criança se eles preencherem o formulário de *Reconhecimento Voluntário de Paternidade* mais tarde na prefeitura de uma cidade ou município ou no RVRs. Os progenitores também podem mudar o nome legal da criança ao comparecer ao tribunal.

Quanto tempo após o nascimento da criança pode alguém estabelecer a paternidade para essa criança?

A paternidade pode ser estabelecida em qualquer momento da vida da criança. Os progenitores podem estabelecer a paternidade para uma criança mais velha ao completarem o formulário de *Reconhecimento Voluntário de Paternidade* e o registrarem na prefeitura da cidade ou município na comunidade onde a criança nasceu ou no RVRs, ou ao comparecerem ao tribunal. Qualquer um dos progenitores podem inscrever-se para os serviços do DOR e poderemos ajudar a estabelecer a paternidade para uma criança menor de 18 anos de idade.

E se o progenitor/a que esteja vivendo com a criança não tem certeza de onde esteja o outro progenitor/a?

O DOR tentará localizar o outro progenitor/a se o progenitor/a que está vivendo com a criança (chamado de progenitor/a guardião) inscrever-se para nossos serviços ou recebe benefícios de assistência pública ou de assistência médica. Em algumas circunstâncias, se a criança está vivendo com alguém que não seja seu pai ou mãe biológicos, o DOR tentará localizar ambos os progenitores. Um progenitor/a guardião deve nos fornecer o maior número possível de informações de identificação sobre o outro progenitor/a ou progenitores para que tenhamos sucesso em estabelecer a paternidade. Informações de identificação incluem nome completo, número de Seguro Social, data e local de nascimento, endereços residenciais e de correspondência, números de telefone (residencial, comercial, celular), o nome e endereço de seu empregador, os nomes de seus pais, informações sobre seu veículo ou trailer e informações sobre quaisquer propriedades que ele ou ela possa possuir.

E se a mãe não tem certeza de quem é o pai?

Se a mãe se inscreve para os serviços do DOR ou recebe benefícios de assistência pública ou de assistência médica, nós também tentaremos ajudá-la a determinar quem é o pai. Ela terá que nos fornecer algumas informações



básicas sobre o homem que ela acredita ser o pai da criança. Uma vez que o DOR seja capaz de localizar o homem que a mãe acredita ser o pai da criança, pediremos à mãe, à criança e ao homem que pode ser o pai que se submetam a um teste de paternidade. Um juiz também pode exigir testes de paternidade se ou a mãe ou o homem que pode ser o pai entrarem com uma reclamação no Probate and Family Court.

E se a mãe estava casada com outra pessoa que não era o pai biológico quando a criança nasceu?

Se a mãe estava casada com outra pessoa –

- quando a criança foi concebida,
- durante a gravidez, ou
- no momento em que a criança nasceu,

então o homem que estava casado com ela será considerado o pai legal – mesmo se eles não estavam vivendo juntos.

Antes que mãe e o pai biológico possam reconhecer a paternidade da criança, a mãe e o marido da mãe deverão assinar um formulário chamado *Atestado de Não-Paternidade* que atesta que a mãe e seu marido concordam que o marido não é o pai da criança.

O formulário de *Atestado de Não-Paternidade* deve ser acompanhado ou de um mandado judicial relacionado à paternidade da criança ou de um formulário de *Reconhecimento Voluntário de Paternidade* completado por ambos a mãe e o pai biológico para que a prefeitura de uma cidade ou município ou o RVRS o aceitem para registro.

E se o pai estiver casado com outra pessoa?

Ele pode reconhecer a paternidade mesmo se estiver casado com outra pessoa.

O outro progenitor/a receberá informações sobre mim?

O processo de reconhecer a paternidade requer que os progenitores forneçam certas informações sobre si mesmos. Além disso, os progenitores geralmente precisam saber como contatar um ao outro para discutir questões relacionadas a seu filho/a.

Se você acredita que a liberação de suas informações colocaria você ou seu filho/a em risco de danos físicos ou emocionais, você pode requerer que o DOR tome medidas adicionais para resguardar suas informações. Entretanto, o DOR não pode garantir que suas informações permanecerão confidenciais porque algumas leis exigem que compartilhemos informações. Por exemplo, seu endereço pode aparecer nos documentos judiciais ou podemos precisar fornecer informações ao empregador do outro progenitor/a para estabelecer cobertura de seguro médico para seu filho/a. Além disso, sob certas circunstâncias o tribunal pode exigir que o DOR libere suas informações ao outro progenitor/a.



Se eu tiver que comparecer ao tribunal para estabelecer a paternidade, terei que encarar o outro progenitor/a?

Você terá que encarar o outro progenitor/a no tribunal. A mãe e o pai biológico, alguém do DOR (se um dos progenitores estiverem recebendo serviços de pensão alimentícia de nós), ou os advogados particulares dos progenitores (se qualquer um dos progenitores tiver um) comparecerão perante o juiz ao mesmo tempo no tribunal para uma audiência. Se você tem preocupações de segurança quanto ao outro progenitor/a, informe aos funcionários do DOR para que eles possam tomar medidas para separar os progenitores.

Haverá um julgamento?

Se houver uma ação judicial para se estabelecer a paternidade, pode haver um julgamento. O julgamento é normalmente uma audiência informal e não há júri – o juiz ouve os dois lados e pode exigir testes de paternidade. Se o homem citado como pai não comparecer ao tribunal após receber um notificado para comparecer, o juiz ainda pode entrar com um mandado de que o homem é o pai legal da criança. O juiz pode também expedir um mandado de pensão alimentícia, auxílio médico ou ambos.

Mesmo que a ação judicial tenha começado, a mãe e o pai biológico podem concordar em assinar o formulário de *Reconhecimento Voluntário de Paternidade* em qualquer momento. Se eles assinarem o formulário, não haverá nenhuma necessidade de o juiz decidir a paternidade e essa parte da audiência terminará. Entretanto, o juiz ainda pode expedir um mandado de pensão alimentícia, auxílio médico ou ambos. Os progenitores renunciam ao seu direito do período de rescisão de 60 dias se eles assinarem o formulário de *Reconhecimento Voluntário de Paternidade* durante a ação judicial.

E se um dos progenitores tiver menos de 18 anos de idade?

Progenitores de qualquer idade podem submeter-se a testes de paternidade e estabelecer a paternidade para seu filho/a. Um progenitor/a menor de 18 anos pode – sem o consentimento de ninguém – submeter-se a testes de paternidade, assinar um *Reconhecimento Voluntário de Paternidade*, ou comparecer ao tribunal para estabelecer a paternidade.

E se os progenitores viverem em estados diferentes?

Eles ainda podem estabelecer a paternidade para seu filho/a. Existe uma lei para se estabelecer a paternidade quando os progenitores vivem em estados diferentes.

Como posso conseguir um mandado de pensão alimentícia para meu filho/a?

Uma vez que a paternidade esteja estabelecida, um juiz irá decidir o que o



progenitor/a que não vive com a criança (o progenitor não-guardião) deveria pagar como pensão alimentícia. O tribunal pode exigir que o progenitor/a não-guardião pague pensão alimentícia e forneça cobertura de seguro médico. Se você está estabelecendo a paternidade no tribunal, o juiz que tomar a decisão de paternidade de seu filho/a freqüentemente também entrará com um mandado de pensão alimentícia, de auxílio médico, ou ambos como parte da mesma audiência.

Em Massachusetts, a maioria dos mandados de pensão alimentícia é calculada utilizando as Diretrizes de Pensão Alimentícia de Massachusetts. O juiz exigirá que o progenitor/a não-guardião pague uma certa quantia de dinheiro para sustentar a criança baseado na renda de ambos os progenitores e no número de crianças cobertas no mandado. O juiz pode também considerar se o progenitor/a não-guardião tem uma outra família para sustentar.

A quantia do mandado de pensão alimentícia pode ser estabelecido de duas formas:

- O juiz calculará o mandado para os progenitores de acordo com as diretrizes, ou
- juiz pode aprovar um acordo entre os progenitores se a quantia de pensão alimentícia a ser paga através do acordo se encaixa dentro das diretrizes.

E se o progenitor/a não-guardião ainda freqüentar a escola ou não possuir um emprego? A paternidade ainda pode ser estabelecida? O progenitor/a não-guardião ainda pode ser obrigado a pagar a pensão alimentícia?

Os progenitores ainda deveriam estabelecer a paternidade para a criança mesmo que o progenitor/a não-guardião ainda freqüente a escola ou não tenha um emprego. A chance de sucesso na vida de uma criança aumenta quando ele ou ela tem o benefício de conhecer ambos os progenitores e de ter o apoio dos dois.

O progenitor/a não-guardião é responsável por seu filho/a mesmo que ele ou ela ainda freqüente a escola ou não tenha um emprego. Lembre-se de que sustentar uma criança é um compromisso para toda a vida para ambos os progenitores – não somente por um ano ou dois, mas por 18 anos ou mais.

Ao estabelecer o mandado de pensão alimentícia, o juiz levará em consideração a renda do progenitor/a não-guardião e outras circunstâncias para decidir a quantia do mandado de pensão alimentícia. O juiz pode também exigir que o progenitor/a não-guardião arrume um emprego após a escola para ajudar a sustentar a criança – por exemplo, se ele ou ela consegue um emprego ou ganha na loteria – o juiz pode modificar a quantia de pensão alimentícia que ele ou ela deve pagar.



O progenitor/a não-guardião deve pagar pensão alimentícia caso ele ou ela viva em outro estado?

Sim. As leis estaduais e federais asseguram a coleta de pensão alimentícia e a execução de mandados de pensão através de fronteiras estaduais.

Por quanto tempo o progenitor/a não-guardião deverá pagar pensão alimentícia?

Um progenitor/a não-guardião deve pagar pensão de acordo com os termos do mandado judicial até que o tribunal termine ou modifique o mandado. Em Massachusetts, os progenitores devem pagar pensão até que a criança complete 18 anos de idade a não ser que o tribunal tenha mandado que os pagamentos continuem além dos 18 anos.

Se a criança vive com o progenitor/a guardião sendo primeiramente seu dependente, o juiz pode exigir que o progenitor/a não-guardião pague pensão alimentícia até 21 anos de idade. Se o filho/a depende do progenitor/a guardião porque o filho/a está matriculado em um programa educacional, o juiz pode exigir que o progenitor/a não-guardião pague pensão alimentícia até a idade de 23 anos. Se o filho/a for portador de deficiência, o juiz pode exigir que o progenitor/a não-guardião pague pensão alimentícia além da idade de 23 anos.

O que acontece quando a mãe de uma criança está para se casar com alguém que não seja o pai dessa criança e seu futuro esposo planeja adotar tal criança? A paternidade ainda deveria ser estabelecida para essa criança?

Depende das circunstâncias de cada situação individual, mas estabelecer a paternidade é geralmente uma boa idéia por várias razões –

- pai biológico da criança terá que ser notificado de quaisquer planos de adoção de seu filho/a.
- Ele deveria estar pagando pensão alimentícia até que a criança seja adotada.
- As circunstâncias podem mudar com os planos da mãe de se casar ou com os planos de seu futuro marido de adotar a criança.
- A criança também se beneficiará por ter seu pai biológico legalmente identificado.

O pai biológico pode visitar seu filho/a se este vive com a mãe (ou outro guardião/ã legal)?

Se os progenitores não conseguem resolver os planos de visitação sozinhos, qualquer um dos progenitores pode pedir que o tribunal expresse um mandado de visitação quando a paternidade for estabelecida. O DOR não se envolve em questões de custódia e visitação.



Como o estabelecimento de paternidade afeta a custódia da criança?

Por lei, quando os progenitores não são casados, a mãe tem a custódia do filho/a a não ser que um tribunal julgue de outra forma. Um pai que não tenha estabelecido a paternidade legalmente pode pedir que um tribunal tome uma decisão sobre a custódia e visitação. O tribunal decidirá o que é melhor para a criança. O DOR não se envolve em questões de custódia.

Como estabeleço a paternidade para meu filho/a se a mãe de meu filho/a não quer que eu o faça?

Se você ainda se qualificar para os serviços do DOR, você pode inscrever-se e nós o ajudaremos a estabelecer a paternidade.

E se eu não tiver certeza de que sou o pai?

Se você não tem certeza de que seja o pai da criança, você não deveria completar um formulário de *Reconhecimento Voluntário de Paternidade* a não ser que você já tenha se submetido a testes de paternidade e os resultados indicarem que você é o pai biológico da criança. Você pode se inscrever para os serviços do DOR e, se se qualificar, nós arranjaremos testes de paternidade para você, a mãe e a criança. Você pode também registrar uma reclamação junto ao Probate and Family Court e pedir que um juiz exija testes de paternidade para você, a mãe e a criança. O DOR também pedirá ao tribunal um mandado de pensão alimentícia, caso apropriado.

Como posso obter maiores informações?

Acesse o website do DOR no endereço: www.mass.gov/dor

Acesse o website do Registry of Vital Records and Statistics no endereço: www.mass.gov/dph

A linha de atendimento ao consumidor do DOR: **1-800-332-2733** (chamada grátis)

Para Deficientes Auditivos: **1-800-255-5587**

Linha Direta de Violência Doméstica SafeLink: **1-877-785-2020**





**Put Your
Child
First**

**Massachusetts Department of Revenue
Child Support Enforcement Division**

**Deseja estabelecer a paternidade? Podemos ajudá-lo.
Para maiores informações, visite nosso website:**

www.mass.gov/dor

GUIA DE PATERNIDADE PARA PAIS NÃO CASADOS



**Put Your
Child
First**